

Formulário de Resposta aos recursos – Conhecimentos Específicos NS01 - ADVOGADO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 37 TIPO 2: 48 TIPO 3: 36	A presente questão foi anulada por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas.	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 39 TIPO 2: 42 TIPO 3: 38	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvos as invocadas para eximir-se de obrigação legal a todos impostas e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>Essa alternativa está em conformidade com o inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz:</p> <p>“Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”</p> <p>Ou seja, a Constituição garante a liberdade de crença e convicções desde que não sirvam como desculpa para descumprir obrigações legais sem assumir uma prestação alternativa prevista em lei.</p> <p>A) Errada — A Constituição garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato (Art. 5º, IV). Ou seja, o anonimato não é legitimado em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(C) Errada — A Constituição proíbe a censura e exige liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX). Não se permite autorização prévia nem análise de conformidade por órgão regulador.</p> <p>(D) Errada — A entrada em domicílio durante a noite não pode ocorrer mesmo com ordem judicial, exceto com consentimento do morador, em flagrante,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	desastre ou socorro. A ordem judicial só permite entrada de dia. (Art. 5º, XI) (E) Errada — A Constituição de fato garante que a criação de associações e cooperativas independe de autorização (Art. 5º, XVIII), mas não veda totalmente a interferência estatal; por exemplo, há exceções previstas em lei (como dissolução por decisão judicial).		
TIPO 1: 41 TIPO 2: 50 TIPO 3: 43	Alternativa correta letra C – Sobre a alternativa E) Estrangeiros com cidadania brasileira são brasileiros naturalizados, logo não são estrangeiros. O Artigo 12, inciso II da Constituição Federal estabelece que são brasileiros naturalizados aqueles que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. O § 2º do mesmo artigo estabelece que a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 40	A alegação de que a alternativa C seria correta caso houvesse correção de um suposto “erro material grosseiro” não procede, pois a alternativa contém inconsistências conceituais e jurídicas substanciais, e não meramente materiais. O texto da alternativa C afirma: “Os ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, aplicando-a eles, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.” Erro 1: Nome incorreto do órgão – "Supremo Tribunal de Justiça" Esse órgão não existe na estrutura do Poder Judiciário brasileiro. O correto seria “Superior Tribunal de Justiça (STJ)”. Esse equívoco compromete a validade da alternativa, pois não se trata apenas de um erro de digitação ou forma, mas sim de uma referência inexistente na ordem constitucional brasileira, o que torna a assertiva inexata e inidônea. Erro 2: Interpretação equivocada do art. 40 da CF	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>O artigo 40 trata do regime de previdência dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do DF e dos Municípios. Aplicá-lo diretamente aos Ministros do TCU, que gozam de regime jurídico próprio com garantias e prerrogativas análogas à magistratura, gera confusão normativa. A Constituição, no art. 73, §3º, dispõe claramente:</p> <p>“Aplicam-se aos Ministros do Tribunal de Contas da União, no que couber, as normas relativas à magistratura.”</p> <p>Portanto, a referência ao artigo 40 não é tecnicamente correta e não corresponde à redação constitucional específica sobre os Ministros do TCU.</p>		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 38 TIPO 3: 50	<p>A presente questão foi anulada por não apresentar nenhuma alternativa plenamente correta de acordo com o conteúdo legal e doutrinário aplicável, inviabilizando a identificação de um gabarito adequado.</p>	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 47 TIPO 2: 43 TIPO 3: 39	<p>A alternativa correta é a (A).</p> <p>(A) Prazos legais decorrem da própria lei, não sendo possível alteração e exemplo disso são os Embargos de Declaração cujo prazo são cinco dias. Esta alternativa é a mais correta. Os prazos legais são aqueles estabelecidos diretamente pela lei, como o prazo de 5 dias úteis para a interposição dos Embargos de Declaração, conforme o Artigo 1.023 do Novo CPC. Embora, em algumas situações específicas e por meio de negócio jurídico processual (Art. 190), as partes possam convencionar sobre o procedimento, essa possibilidade não se aplica à natureza essencialmente legal e improrrogável de alguns prazos recursais, como o dos Embargos de Declaração. A afirmação "não sendo possível alteração" é uma generalização que possui exceções (negócio jurídico processual), mas no contexto específico do prazo para Embargos de Declaração, ele é um prazo legal e peremptório.</p> <p>(B) Os prazos processuais são fixados discricionariamente pelo juiz, na falta de lei, podendo as partes livremente estipular prazos para suas manifestações. Esta alternativa está incorreta. Os prazos processuais são primariamente estabelecidos por lei. Na ausência de disposição legal, o juiz pode fixar prazos,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>mas não de forma totalmente discricionária, devendo observar a razoabilidade e a finalidade do ato. A estipulação de prazos pelas partes é possível por meio de negócio jurídico processual (Art. 190), mas não é totalmente "livre", devendo respeitar os limites legais.</p> <p>(C) Os prazos convencionais decorrem do negócio jurídico processual em que as partes não podem alterar, nem em comum acordo, a duração dos prazos, sendo eles legais ou ilegais. Esta alternativa está incorreta. Os prazos convencionais realmente decorrem do negócio jurídico processual, mas o Artigo 190 do Novo CPC permite que as partes, de comum acordo e sendo plenamente capazes, estipulem mudanças no procedimento, incluindo a alteração de prazos, desde que o processo verse sobre direitos que admitam autocomposição e não haja prejuízo a terceiros ou à eficiência do processo. Prazos "ilegais" é um termo contraditório no contexto jurídico.</p> <p>(D) Os prazos hoje em dia são contados em dias corridos, contabilizando feriados e finais de semana. Esta alternativa está incorreta. O Artigo 219 do Novo CPC estabelece que os prazos processuais são contados em dias úteis, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, conforme o Artigo 224. Feriados e finais de semana não são contabilizados, salvo disposição legal em contrário.</p> <p>(E) A contagem do prazo deve incluir o dia do início do prazo, da contagem e considerar o dia do vencimento do prazo. Esta alternativa está incorreta. De acordo com o Artigo 224 do Novo CPC, na contagem dos prazos processuais em dias, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.</p>		
TIPO 1: 50 TIPO 2: 39 TIPO 3: 49	<p>A alternativa INCORRETA é a (C).</p> <p>(A) CORRETA: O Artigo 579 do Código Civil define o comodato como o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, e o Artigo 581 estabelece que ele se perfaz com a tradição do objeto.</p> <p>(B) CORRETA: O Artigo 586 do Código Civil define o mútuo como o empréstimo de coisas fungíveis, e o Artigo 587 obriga o mutuário a restituir o que recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>(C) INCORRETA: O Artigo 595 do Código Civil estabelece que, no contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, e não três.</p> <p>(D) CORRETA: O Artigo 613 do Código Civil dispõe que, se o empreiteiro só forneceu mão de obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.</p> <p>(E) CORRETA: O Artigo 653 do Código Civil define o mandato como o negócio jurídico pelo qual alguém recebe poderes de outrem para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, sendo a procuração o instrumento desse contrato.</p>		
--	---	--	--